

NOMEAR, UM CONCEITO TEÓRICO-POÉTICO FEMINISTA NAS OBRAS DE AUDRE LORDE E ADRIENNE RICH

Taís Bravo Cerqueira¹

Resumo: Este artigo busca analisar como as escritoras norte-americanas Audre Lorde e Adrienne Rich elaboram o ato de *nomear* enquanto um conceito teórico-poético, o qual também pode ser compreendido como uma prática feminista. O objetivo é, portanto, apresentar como essas autoras produzem em seus ensaios e poemas uma escrita que é simultaneamente poética e teórica, enquanto se rebelam contra o paradigma da universalidade forjado pelo cânone literário acadêmico ocidental e constroem um pensamento comprometido com a sobrevivência das mulheres e pessoas dissidentes. Assim, o artigo propõe uma leitura do poema “Uma litania pela sobrevivência” e dos ensaios “A transformação do silêncio em linguagem e em ação (1977)” e “A poesia não é um luxo (1977)”, de Audre Lorde em diálogo com o poema “Tempo norte-americano” e os ensaios “Quando da morte acordamos (1971/76)” e “Sangue, pão e poesia: a localização da poeta (1984)”, de Adrienne Rich.

Palavras chaves: Audre Lorde, Adrienne Rich, Teoria feminista, Poesia, Feminismo, Crítica Literária.

NAMING, A FEMINIST THEORETICAL-POETIC CONCEPT IN THE WORKS OF AUDRE LORDE AND ADRIENNE RICH

Summary: This article seeks to analyze how North American writers Audre Lorde and Adrienne Rich create a theoretical-poetic concept for the act of naming, which can also be understood as a feminist practice. The objective is, therefore, to present how these authors produce in their essays and poems a writing that is simultaneously poetic and theoretical while rebelling against the paradigm of universality forged by the Western academic literary canon and constructing a thought committed to the survival of women and dissident people. Thus, the article proposes a reading of the poem “A Litany for Durvival” and the essays “The transformation of Silence into Language and Action (1977)” and “Poetry is Not a Luxury (1977)”, by Audre Lorde in dialogue with “North American Time” and the essays “When We Dead Awaken (1971/76)” and “Blood, Bread and Poetry: the location of the poet (1984)”, by Adrienne Rich.

Keywords: Audre Lorde, Adrienne Rich, Feminism Theory, Poetry, Feminism, Literary Criticism.

¹ Doutoranda em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: taisbravo@gmail.com

Introdução

Contemporâneas do mesmo período histórico, Audre Lorde e Adrienne Rich foram interlocutoras ativas na construção do movimento feminista norte-americano, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Audre Lorde, como uma mulher negra, filha de imigrantes caribenhos, pobre e lésbica, construiu seu pensamento poético antirracista e feminista lésbico enquanto uma prática de sobrevivência ao racismo, à lesbofobia e à misoginia. Como uma mulher lésbica branca e oriunda da classe média alta, Adrienne Rich se posicionou politicamente em oposição ao feminismo branco e civilizatório que essencializava a categoria “mulher” desconsiderando questões de classe, raça e sexualidade. Compartilhando a lesbianidade enquanto uma marca de dissidência que instaura uma ruptura com a heterossexualidade compulsória e, ao mesmo tempo, a emergência de uma nova consciência política, Lorde e Rich produziram ao longo de suas vidas uma linguagem poética e um pensamento crítico comprometidos com a ampliação de possibilidades de vida para mulheres e pessoas dissidentes.

Como poetisas e teóricas inseridas em um ativismo feminista a partir dos anos 1970, Lorde e Rich assumiam a perspectiva de que o pessoal é político. Essa perspectiva que borra os limites entre o que é de ordem íntima e o que se trata de uma questão pública produz, por sua vez, questões acerca do próprio uso da linguagem, fabricando novos vocabulários e conceitos, como é o caso de *nomear*, uma noção que é também um gesto político. Ao instaurar um outro modo de olhar e pensar a linguagem, a teoria feminista cria interferências nas produções teóricas e poéticas que, no caso de Lorde e Rich, tornam-se também indissociáveis. Se ser feminista, nessa conjuntura, é analisar a vida pessoal enquanto um assunto político, ao mesmo tempo em que se reivindica os efeitos da política institucional nas realidades individuais, é também uma prática feminista fabricar uma linguagem capaz de desfazer as fronteiras entre escrita e vida. Torna-se, assim, possível sentir aquilo que se conhece, isto é, o saber considerado próprio e exclusivo à linguagem teórica, ao mesmo tempo em que se pode fabricar conceitos a partir do processo de experimentação poética. Desse modo, este artigo vai analisar como essas escritoras, poetisas e intelectuais públicas acionam em suas obras teóricas e em suas poesias o conceito de *nomear* enquanto um uso da linguagem e uma prática de enfrentamento feminista aos silêncios impostos pela estrutural patriarcal e branca.

Então é melhor falar: Desarmando as armadilhas do silêncio

Em “Uma litania para a sobrevivência”, Audre Lorde convoca “aquelas entre nós que vivem na margem” e que “foram marcadas com o medo” a atravessar o silêncio e a escolher falar. Nesse poema publicado no livro *A unicórnica preta* – lançado no Brasil pela editora Relicário com tradução de Stephanie Borges –, o medo é descrito como uma sensação constante, como um estado de alerta que permanece independente das condições de existência serem ou não favoráveis. O medo está presente nos momentos de abundância e nos momentos de escassez: “quando nossas barrigas estão cheias nós temos medo/ da indigestão/ quando nossas barrigas estão vazias nós temos medo/ de nunca vir a comer outra vez” (LORDE, 2020, p.83)². Ao longo dessa ladainha, a palavra “medo” é repetida dez vezes enquanto “silêncio”, assim como “sobrevivência”, aparece duas vezes. Juntos esses três termos podem ser lidos como palavras-chaves do pensamento construído na poesia e nos ensaios de Audre Lorde. O medo, como um afeto constitutivo da vida de pessoas dissidentes, é, ao mesmo tempo, o início do silenciamento e da possibilidade de encontrar uma forma de sobrevivência.

Talvez seja importante questionar do que se trata esse medo e de qual noção de sobrevivência o poema de Lorde se refere. Há em “Uma litania para a sobrevivência” uma conceituação do medo como uma marca impressa no corpo das mulheres, em especial mulheres negras, que vivem à margem da sociedade. O poema se dirige a “aquelas entre nós que vivem na margem” e “aquelas de nós que foram marcadas com o medo” (LORDE, 2020, p.81)³. Essa marca opera como uma armadilha pela qual o silêncio se instaura. Se há o medo, há a esperança, ou a ilusão, de um dia não mais temer; e é em função dessa “ilusão de alguma segurança a ser encontrada” (LORDE, 2020, p.81)⁴ que o silenciamento se impõe. Como uma busca pela sobrevivência, as mulheres deixam de falar. O triunfo que desarma essa emboscada, segundo Lorde, é o próprio medo. Ao reconhecer a permanência do medo, é possível recusar o silêncio como uma promessa de proteção:

e quando falamos nós temos medo
de nossas palavras não serem ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio

² No original: “when our stomachs are full we are afraid/ of indigestion/ when our stomachs are empty we are afraid/ we may never eat again”. (LORDE, 2020, p.82)

³ No original: “For those of us who live at the shoreline/ “For those of us/ who were imprinted with fear/ like a faint line in the center of our foreheads”. (LORDE, 2020, p.80)

⁴ No original: “this illusion of some safety to be found”. (LORDE, 2020, p.80)

ainda estamos com medo.

Então é melhor falar
lembrando
nunca estivemos destinadas a sobreviver
(LORDE, 2020, p.83)⁵

A saída para a armadilha plantada pelo medo – o qual confina mulheres negras e pessoas dissidentes⁶ em geral a uma existência em silêncio, ou seja, em negação de suas próprias subjetividades – é a noção de que se manter silenciada não será sinônimo de encontrar proteção. “Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você” (LORDE, 2019, p.52), essa citação foi pronunciada por Audre Lorde em 1977 durante sua fala em um evento sobre lesbianidades e literatura que foi publicada posteriormente com o título “A transformação do silêncio em linguagem e em ação” e parece corroborar o que dizem os versos “Então é melhor falar/ lembrando/ nunca estivemos destinadas a sobreviver” (LORDE, 2020, p.83). Nesse depoimento, Lorde compartilha como a experiência de ser diagnosticada com um tumor no seio e passar por uma cirurgia de mastectomia a levou a observar a relação entre o silêncio e o medo. Durante as três semanas que precederam o procedimento cirúrgico, ela se viu arrependida pelas vezes em que se manteve em silêncio, as vezes em que, tentando evitar a dor ou a morte, deixou de falar. Ao confrontar sua própria mortalidade e conviver de perto com o medo, Lorde compreendeu que se manter em silêncio não poderia ser uma estratégia de sobrevivência, porque os seus silêncios não a protegeram do risco da morte e a morte, por sua vez, “é o silêncio absoluto” (LORDE, 2019, p.52).

“A transformação do silêncio em linguagem e em ação”, assim como “Uma litania para a sobrevivência”, é um texto que se dirige a interlocutoras em um apelo coletivo. Ao repartir suas vivências pessoais, Lorde convoca outras pessoas, sobretudo mulheres negras, a perceber como o desejo de não temer mobiliza a escolha por se manter em silêncio, sem que essa renúncia da linguagem signifique de fato uma garantia de proteção. Dessa forma, é a partir da convivência com o medo que se torna possível recusar o silêncio e reivindicar o uso da linguagem enquanto uma sobrevivente. Ao constatar a persistência do medo, compreende-se que esse

⁵ No original: “and When we speak we are afraid/ our words will not be heard/ nor welcomed/ but when we are silent/ we are still afraid./ So it is better to speak/ remembering/ we are never meant to survive.” (LORDE, 2020, p.82)

⁶ Considero como pessoas dissidentes minorias sociais como mulheres, pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+.

afeto é constituinte de uma sociedade racista e patriarcal, na qual mulheres negras nunca foram destinadas a sobreviver:

Para sobrevivermos na boca desse dragão que chamamos de América, tivemos que aprender esta primeira lição, a mais vital: que a nossa sobrevivência nunca fez parte dos planos. Não como seres humanos [...] Porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, que não. Podemos ficar eternamente caladas, pelos cantos enquanto nossas irmãs e nós somos diminuídas, enquanto nossos filhos são corrompidos e destruídos, enquanto nossa terra é envenenada; podemos ficar caladas a salvo nos nossos cantos, de bico fechado, e ainda assim nosso medo não será menor (LORDE, 2019, p.53-54).

O trecho citado acima elucida a mesma contradição que movimenta o poema de Lorde, a qual reside no fato da ladainha pela sobrevivência descrever o processo de constatar a impossibilidade de sobreviver em uma sociedade regida pelo medo e pelo silêncio, de modo que a própria possibilidade de sobreviver só pode ser cultivada quando se abandona as expectativas de viver em segurança dentro dessas estruturas regidas por violentas instâncias de silenciamento. Dessa forma, o que Lorde propõe não é uma superação do medo, mas a tentativa de acessar e analisar objetivamente esse afeto. Como Verônica Gago sintetiza em *A potência feminista*, “trata-se de conhecer o medo como parte da própria natureza para assim deixar de temê-lo. Familiarizar-se com ele para desarmá-lo. Não supor sua desaparecimento mágico para não se paralisar quando ele chega. Atravessá-lo.” (GAGO, 2020, p.103). Portanto, é o reconhecimento da persistência do medo enquanto um sentimento íntimo e privado, mas também político que permite uma ruptura com os silêncios e o início de um uso da linguagem, que pode ampliar as possibilidades de sobrevivência.

Conforme Lorde apresenta em sua poesia e em seu ensaio, a transformação do silêncio em linguagem e em ação envolve um duplo compromisso de revisar suas circunstâncias de sobrevivência para assim se autorizar a falar e a elaborar novos nomes. Primeiro, é necessário realizar o trabalho de reconhecer os modos como o silêncio se impõe pelo medo, para só então poder se perguntar sobre aquilo que precisa ser dito. E essa pergunta é uma abertura para um processo de criação: “Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer?” (LORDE, 2019, p.53), ao formular essa questão, Lorde nos atenta para a ausência de um vocabulário, para a inexistência de nomes que possam materializar as necessidades, os desejos e as ideias que foram sistematicamente silenciados pelo patriarcado branco e heterossexual. É em função disso que ela situa a transmutação do silêncio enquanto

um ato de revelação individual, pois cada pessoa, ao desmontar as armadilhas do silenciamento, precisará perseguir as palavras que ainda não possui. Essa investigação íntima, no entanto, se conecta com um compromisso coletivo de mudança social e política.

Ao desarmar o medo como um agente do silenciamento, Lorde propõe um uso da linguagem enquanto uma via de conexão e mudança. Como compartilha em seu relato, foi através da tentativa de falar as suas verdades que pôde estabelecer contato com outras mulheres e integrar uma busca coletiva pelas palavras que pudessem dar luz a um mundo no qual as suas sobrevivências estivessem em pauta. Assim, ela convida suas interlocutoras a assumir a tarefa de atravessar o silêncio, ainda que estejam amedrontadas, porque compartilham “um compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de ressignificar a linguagem” (LORDE, 2019, p.54). O pensamento de Audre Lorde, então, pressupõe uma compressão contra hegemônica e materialista da linguagem na qual a fala, a expressão e a escrita são consideradas como caminhos para a transformação social. Portanto, Lorde pensa o uso da linguagem sempre em relação às condições de sobrevivência das mulheres, em especial das mulheres negras, lésbicas, periféricas e pobres.

A relação entre linguagem e sobrevivência torna-se ainda mais evidente no ensaio “A poesia não é um luxo”, no qual Lorde define a poesia como “uma necessidade vital da nossa existência” (LORDE, 2019, p.47). Publicado em 1977, esse texto chave para a crítica literária feminista descreve o fazer poético como um processo de revelação que nos permite acessar nossos sentimentos, analisar o modo como vivemos e criar caminhos de mudança. Tal processo de desvelação íntima se dá sempre em relação aos corpos que fazem uso da linguagem e esse uso pode interferir na própria materialidade em que vivem esses mesmos corpos. As bases do pensamento de Lorde estão, portanto, atreladas a uma experiência prática que provoca interferências concretas na vida das mulheres e pessoas dissidentes. Mas não apenas esse pensamento tem consequências materiais como também é gerido em uma corporiedade. Se em “A transformação do silêncio em linguagem e em ação” e em “Uma litania para a sobrevivência”, Lorde escreve a partir da convivência com o sentimento de medo, em um contexto no qual se defronta com sua própria mortalidade, elaborando, assim, uma reflexão sobre as estratégias de silenciamento que coíbem a sobrevivência das mulheres, em “A poesia não é um luxo”, ela analisa como se dá esse processo de acessar e transmutar sentimentos em ideias e em ações.

[...] é através da poesia que damos nome àquelas ideias que - antes do poema - não tem nome nem forma, que estão para nascer, mas já são sentidas. Essa destilação da experiência da qual brota a

verdadeira poesia faz nascer o pensamento, tal como o sonho faz nascer o conceito, tal como a sensação faz nascer a ideia, tal como o conhecimento faz nascer (antecede) a compreensão. (LORDE, 2019, p.45)

Ao propor uma reflexão sobre um conhecimento gerido através do corpo que pode interferir na realidade produzindo outras condições materiais de existência, Audre Lorde confronta as bases epistemológicas patriarcais que operam a partir dos paradigmas de neutralidade e universalidade. Recusar a compreensão da poesia enquanto um artefato de luxo, implica uma oposição à ideia da criação como um “estéril jogo de palavras que, tão frequentemente e de modo distorcido, os patriarcas brancos chamam de poesia” (LORDE, 2019, p.46). Lorde, então, contrapõe a perspectiva dominante europeia de observar a vida como “apenas um problema a ser resolvido” com o modo como ancestralidade das mulheres negras convoca a perceber a vida como uma “situação a ser experimentada e com a qual se interage” (LORDE, 2019, p.46). Assim, elabora um pensamento prático que não se vale exclusivamente do campo das ideias, porque compreende os sentimentos, as experiências, como fontes poderosas e ocultas de conhecimento.

De acordo com essa perspectiva, reconhecer os sentimentos, aquilo que se passa no corpo, é uma tarefa necessária para ampliar as possibilidades de sobrevivência das mulheres e pessoas dissidentes. Defendendo uma via de produção de saberes que passa pela experiência, ou seja, por uma materialidade que não se quer neutra e universal, Audre Lorde define a poesia como uma investigação que nos permite acessar sentimentos que ainda não foram nomeados, transmutando esses afetos em ideias e conceitos, o que possibilita a elaboração de novas práticas de vida. Ao dar luz a novos nomes, a poesia é compreendida como um instrumento para atravessar o silêncio, transformando-o em linguagem e em ação:

Podemos nos condicionar a respeitar nossos sentimentos e transpô-los em linguagem para que sejam compartilhados. E, onde não existe essa linguagem, é a poesia que ajuda a moldá-la. A poesia não é apenas sonho e imaginação; ela é o esqueleto que estrutura nossa vida. Ela estabelece os alicerces para um futuro de mudanças, uma ponte que atravessa o medo que sentimos daquilo que nunca existiu. (LORDE, 2019, p.47)

Imaginar uma linguagem que seja fabricada a partir de nossos sentimentos é conceber o ato de *nomear* enquanto uma ferramenta para comunicar e compartilhar as experiências e ideias de pessoas que até então existiam à margem de uma

linguagem dominante que não considerava suas realidades. Dessa forma, quando reivindica a poesia como um processo vital, Lorde compreende essa experimentação da linguagem enquanto um meio de atravessar o medo e *nomear* o que até então existia apenas em silêncio. Essa perspectiva teórica-poética pensa a escrita, o uso da linguagem, como indissociável da vida, de modo que exercer o ato de *nomear* é produzir não apenas um novo vocabulário, mas novas possibilidades de existência. Tal compreensão é compartilhada por Adrienne Rich que defende em sua poesia e teoria o gesto de *nomear* como um rompimento com o paradigma de universalidade forjado por um imaginário patriarcal.

Poesia nunca teve a menor chance/ de existir fora da história: rompendo com o paradigma da universalidade

Em “Tempo norte-americano”, poema de 1983 publicado na antologia *Que tempos são estes e outros poemas* lançada no Brasil em 2018 pela editora Jaboticaba com tradução de Marcelo Lotufo, Adrienne Rich faz uma defesa da localização da poesia em um tempo e um contexto histórico. Esse longo poema dividido em nove seções narra um percurso desde a domesticação da linguagem pelo sentimento de medo até a escolha por falar mesmo sabendo que “tudo o que escrevemos será usado contra nós/ ou contra aqueles a quem amamos”. Esse percurso trata, portanto, de um despertar da consciência a partir do reconhecimento do que Rich chama de “privilégio verbal”. A voz poética de “Tempo norte-americano”, ao despertar de sonhos domesticados e isentos de imagens de rebeldia, começa a se questionar sobre seu lugar em um mundo no qual o que pode ser ou não dito, e, conseqüentemente, imaginado, encontra-se previamente delimitado por aqueles que são considerados seus próprios inimigos:

quando ao caminhar nas ruas encontrei meus
temas já destacados para mim
consciente de que eu não os relataria
por medo do uso que inimigos fariam
então comecei a me questionar
(RICH, 2018, p. 62)⁷

⁷ No original: “When walking in the street I found my/ themes cut out for me/ knew that I would not report/ for fear of enemies’ usage/ then I began to wonder” (RICH, 2018, p.63)

O que significa ter medo do uso que inimigos poderiam fazer de seus temas, caso estes sejam relatados, ou seja, verbalizados? Quem são esses inimigos? E do que tratam esses temas? A aparição das palavras “medo” e “inimigos” nos versos de “Tempo Norte-americano” indicam que aqui, assim como em “Uma litania pela sobrevivência”, há alguma coisa que se encontra em risco ou algo a temer. Mais ainda, esses termos demonstram que há algo de perigoso no uso que se faz da linguagem, o que, em última instância, revela o poder que existe em torno do gesto de *nomear*. O último verso do primeiro poema, “então comecei a me questionar”, é um disparador para uma investigação sobre as implicações políticas do uso da linguagem. Ao longo das oito seguintes secções, Adrienne Rich reivindica um estatuto de sobrevivência e de poder às palavras:

[...]

Poesia nunca teve a menor chance
de existir fora da história.
Uma linha datilografada vinte anos atrás
pode arder numa parede em tinta spray
para glorificar a arte como distanciamento
ou torturar aqueles que
não amamos mas também
não quisemos matar

Nós passamos mas nossas palavras ficam
tornam-se responsáveis
por mais do que pretendemos

e isso é privilégio verbal
(RICH, 2018, p. 64)⁸

O que denomina como “privilégio verbal” é a possibilidade de uma frase interferir e, ao mesmo tempo, sobreviver ao seu tempo histórico, provocando transformações concretas, gerando e justificando violências e opressões. A poesia, quer-se queira ou não, existe em uma localização material, já que mesmo textos que advogam pelo uso neutro, apolítico e universal da linguagem são também produtos de um contexto histórico. Dessa forma, o que Rich elabora nesse poema é a responsabilidade pressuposta no poder de uso da palavra, ou seja, do privilégio

⁸ No original: “Poetry never stood a chance/ of standing outside history. One line typed twenty years ago/ can be blazed on a wall in spraypaint/ to glorify art as detachment/ of torture of those we/ did not love but also/ did not kill/ we move but our words stand/ become responsible/ for more than we intended/ and this is verbal privilege” (RICH, 2018, p.65)

verbal, e da disputa política que existe em torno desse poder. “Tempo norte-americano”, assim, apresenta a trajetória de tomar consciência sobre o uso da linguagem enquanto um instrumento de poder e de agência e, conseqüentemente, de responsabilidade. Ao reconhecer que a poesia, assim como a literatura e a arte em geral, existe apenas inserida em uma localização histórica, é possível se perguntar sobre os efeitos dessas palavras em nossa materialidade e sobre quais palavras se deseja de fato usar. O poema desvela a armadilha de silenciamento imposta por aqueles que Rich chama de inimigos, os que detêm o privilégio verbal, os que podem falar e que por isso determinam quais palavras podem ser ou não usadas. É em contraposição a esse privilégio verbal que “é feito para partir o meu coração e me reduzir ao silêncio”, que Rich escreve dois famosos ensaios “Quando da morte acordamos (1971/76)” e “Sangue, pão e poesia: a localização da poeta (1984)”.

Em 1976, Adrienne Rich publica “Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão”, um ensaio originalmente apresentado no Fórum “A mulher escritora no século XX”, que fez parte do primeiro encontro da Comissão sobre o Status das Mulheres Profissionais em 1971. Nesse texto – traduzido por Susana Bornéo Funck e publicado no Brasil em *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970 - 2010)* –, Rich apresenta uma crítica ao silenciamento promovido pelo cânone acadêmico e literário predominantemente masculino enquanto se posiciona ao lado das pesquisadoras feministas que ocupam as margens desses espaços “fazendo perguntas de mulher, revitalizando nos dois sentidos a história e a crítica literária”. Ao defender a importância das “perguntas de mulher”, a autora se opõe ao discurso dominante branco, masculino, cishétero patriarcal, ou seja, a aqueles que usufruem de seu privilégio verbal para determinar paradigmas de neutralidade e universalidade, excluindo quaisquer narrativas que não se enquadrem em tais paradigmas. Em outras palavras, Rich desvela como de fato é uma dominação histórica e política, ratificada e exercida através da linguagem, que possibilita a defesa de um uso neutro da língua, o qual forja o valor de universalidade para reivindicar uma escrita – teórica e literária – que supostamente transcende a materialidade.

Escrito em um contexto de disputa epistemológica, “Quando da morte acordamos” se dirige às pensadoras, escritoras e ativistas feministas comprometidas com um projeto de *re-visão* da teoria e da crítica literária. Rich apresenta como o uso da linguagem feito pelas mulheres é cerceado por uma dominação masculina que invade o próprio poder de imaginação de tais escritoras: “Ela procura a poesia ou a ficção para encontrar a *sua* maneira de ser no mundo [...] e repetidamente se depara, na ‘força persuasiva masculina das palavras’ da literatura” (RICH, 2017, p. 71). Como uma tentativa de confrontar esse privilégio verbal, a autora elabora o conceito de *re-visão* enquanto um gesto feminista que amplia as possibilidades de *nomear* e de sobrevivência das mulheres e pessoas dissidentes:

Re-visão – o ato de olhar para trás, de ver com um novo olhar, de entrar em um texto a partir de uma nova direção crítica – é para nós, mais do que um capítulo na história cultural: é um ato de sobrevivência [...] Uma crítica radical da literatura, feminista em seu impulso, consideraria a obra prioritariamente como um indício de como vivemos, como temos vivido, como temos sido levadas a nos imaginar, como a nossa linguagem tem nos aprisionado ou liberado, como cada ato de nomear tem sido, até agora, uma prerrogativa masculina e como podemos começar a enxergar e a nomear – e, portanto, a viver – de uma nova maneira (RICH, 2017, p.66-67)

Re-visar se constitui, portanto, como uma epistemologia da crítica literária feminista que propõe um modo de investigar a história da arte e da literatura questionando a dominação masculina e a consequente escassez de representatividade de mulheres. Esse gesto, ao mesmo tempo, inspira o resgate de autoras que foram silenciadas, ou seja, a busca por arquivos que foram perdidos, apagados, esquecidos, por aquilo que sobrevive apesar da destruição e da violência, como indica o verso de “Tempo Norte-americano”: “Nós passamos, mas nossas palavras ficam”. *Re-visar* é, assim, insistir em encontrar o que fica dessas escritoras, como suas palavras podem sobreviver ao tempo histórico no qual foram escritas. Essa epistemologia transforma não só o que se conhece acerca do passado, mas também aquilo que se mostra ser possível de ser feito e nomeado no presente e no futuro.

No mesmo trecho em que define o conceito de *re-visão* enquanto uma política de leitura feminista, Rich apresenta o ato de *nomear* como uma prática de produção de novas formas de existência. Dessa maneira, lançar um olhar crítico para o passado é um meio para imaginar um futuro no qual as mulheres terão o poder de *nomear*, ou seja, de usar a linguagem a partir de suas próprias prerrogativas. Esse poder, por sua vez, influencia as condições de vida das mulheres. Ao dar à linguagem um estatuto criativo com o poder de interferir na materialidade, Rich se alinha a uma abordagem feminista da literatura que se assemelha ao que Gloria Anzaldúa sintetiza em “Falando em línguas: uma cara para as mulheres escritoras do terceiro mundo”: “eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita” (ANZALDÚA, 2021, p.54). Considerar a escrita como indissociável da vida, das experiências individuais e íntimas, produz um uso da linguagem que se afasta de uma “prerrogativa masculina”. No ensaio de 1984, “Sangue, pão e poesia: a localização da poeta” – traduzido por Angélica Freitas no livro *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica e outros ensaios* –, Adrienne Rich revela quais foram os efeitos dessa prerrogativa masculina em sua vida pessoal e criativa:

Como todos nós fazemos quando somos jovens e estamos procurando aquilo que nem conseguimos nomear ainda, peguei o que poderia usar onde que que o encontrasse. Quando as ideias ou formas de que necessitamos são banidas, procuramos seus resquícios onde quer que os possamos rastrear. Mas havia um grande problema nisso. Eu havia nascido mulher, e estava tentando pensar e agir como se a poesia – e a possibilidade de fazer poemas – fosse um domínio universal – de gênero neutro. (RICH, 2019, p.137-138)

Audre Lorde em “A poesia não é um luxo” também aborda como a universalidade, enquanto um paradigma que determina quais histórias e ideias devem ser ou não compartilhadas publicamente, serve para coibir mulheres: “[...] nos vemos diminuídas ou amansadas por acusações pretensamente inofensivas de infantilidade, de falta de universalidade, de inconstância, de sensualidade” (LORDE, 2019, p. 47). Do mesmo modo, como exemplifica a citação acima, para Rich, até certo ponto de sua vida, o ato de *nomear* é considerado uma impossibilidade, uma tentativa que é barrada pela exigência de uma suposta universalidade. *Nomear*, portanto, é uma ação que rompe com a pretensão de universalidade ao fabricar uma linguagem para compartilhar – no âmbito teórico e literário – as experiências íntimas de mulheres e pessoas dissidentes, ou como explica Rich “– isto é, escrever de uma perspectiva que pode não ser masculina, ou branca, ou heterossexual, ou de classe média” (2019, p.144).

O ato de *nomear*, para Adrienne Rich, faz parte não só de um processo de *revisão* mas também de uma política de *localização*. Para autora, recusar o paradigma da universalidade implica em uma prática de localizar a escrita e as pessoas que escrevem em uma materialidade histórica. Quando afirma em “Tempo Norte-americano” que “poesia nunca teve a menor chance/ de existir fora da história” (2018, p.64), Rich está defendendo um uso da linguagem que se opõe a “uma visão falsamente mística da arte que pressupõe uma espécie de inspiração sobrenatural, uma possessão por forças universais não relacionadas a questão de poder e privilégio ou à relação do artista com o pão e o sangue” (RICH, 2019, p.142). Em outras palavras, está reconhecendo que fazemos uso de uma linguagem que está sempre imbricada na vida cotidiana, na existência em sua conjuntura social e histórica. No quinto poema que compõe “Tempo Norte-Americano”, essa defesa da localização enquanto uma consequência do ato de *nomear* e da recusa à universalidade é descrita a partir de uma hipotética cena de escrita: “Digamos que você queira escrever/ sobre uma mulher fazendo tranças”, a voz poética anuncia para, então, realizar uma defesa da localização:

era bom você saber a grossura
o comprimento o padrão
por que ela decide trançar o cabelo
como trançam o cabelo dela
em que país se passa essa cena
o que mais acontece por lá

Você precisa saber essas coisas
(RICH, 2018, p.70)⁹

Saber essas coisas implica em *nomear*, em descrever, características, saberes, experiências que existem excluídas de um imaginário dominado por uma falsa neutralidade universal. Ao escrever que é importante, é necessário, saber disso que pode ser considerado como um mero detalhe irrelevante, Rich está defendendo que suas condições de vida também são dignas de serem nomeadas, compartilhadas, conhecidas. Uma defesa que torna possível não só que ela se integre a um cânone masculino, mas que a sua inserção como escritora se dê a partir de seus temas, de suas questões e *perguntas de mulher*, ou seja, como uma escritora que não precisa renunciar sua realidade concreta para ser validada por um falso paradigma de universalidade. Rich situa o rompimento com a “barreira mental que separava a vida privada da pública” como o prenúncio de uma libertação a partir da qual mulheres começaram a *nomear* suas condições de vida que até então era consideradas como triviais ou indignadas de serem sequer mencionadas, assim, para ela, entrelaçar o âmbito pessoal e político significava também ampliar “à força os limites da experiência refletida na literatura, certamente na poesia” (RICH, 2019, p. 148).

É a localização da poeta, isto é, o reconhecimento de si mesma e de seu uso da linguagem enquanto produtos de um contexto histórico, que permite o rompimento com o privilégio verbal o qual institui uma prerrogativa masculina forjada em universalidade. Assim, após *re-visar* suas condições de vida, seus sentimentos íntimos e experiências pessoais a partir de uma perspectiva feminista que os considera enquanto temas políticos, torna-se possível começar a falar, ou seja, exercer o ato de *nomear* como um gesto que enfrenta o silenciamento e produz novos vocabulários.

Considerações finais

⁹ No original: “you had better know the thickness/ the length the pattern/ why she dices to braid her hair/ how it is done to her/ what country it happens in/ what else happens in that country/ You have to know these things” (RICH, 2018, p.71)

Em entrevista à Adrienne Rich em 1979, Lorde afirma: “[...] essa foi a razão primordial da minha escrita, a necessidade de dizer as coisas que eu não conseguia dizer de outra forma, quando não conseguia achar outros poemas que servissem” (2019, p.103). Podemos considerar, portanto, que *nomear* é um conceito teórico-poético elaborado a partir da necessidade individual dessas autoras de autorreconhecimento enquanto escritoras, é uma prática de se autorizar a escrever e a produzir um vocabulário para tornar públicas questões subjetivas, experiências íntimas e sentimentos que existiam fora de um campo simbólico e de um imaginário majoritariamente masculino. *Nomear*, como um gesto teórico e poético, significa produzir e comunicar por meio da linguagem novas possibilidades de vida em um âmbito coletivo.

Compartilhando a lesbianidade como uma condição de existência que deveria ser violentamente silenciada nos anos 1970 – e que até hoje sofre diversas formas de opressão –, Audre Lorde e Adrienne Rich compreendiam como o gesto de *nomear*, de atravessar o silêncio e colocar em palavras aquilo que viviam até então fora da linguagem, é uma prática de insubmissão e de defesa de suas próprias sobrevivências. Nessa mesma entrevista, Lorde fala sobre “Love poem”, poema que deveria ter sido publicado no livro *From a Land Where Other People Live*, mas que foi censurado pelo editor por descrever uma relação amorosa entre duas mulheres. Ao narrar esse episódio para Rich, Lorde conta que em um dado momento se convenceu de que não ia mais se preocupar em esconder seu amor por outras mulheres e apresenta esse gesto como um forma de aceitar a própria vulnerabilidade em vez de tentar se proteger assentindo ao silêncio: “Uma coisa que sempre me fez seguir em frente [...] é a percepção de que sou vulnerável de muitas maneiras, e não é algo que eu possa evitar; não me tornarei ainda mais vulnerável colocando as armas do silêncio nas mãos dos meus inimigos” (LORDE, 2019, p.122).

Lorde, assim como Rich em “Tempo Norte-americano”, usa a palavra “inimigos” quando analisa o poder político da linguagem e, colocando em prática a sua “Litania para a sobrevivência” afirma que deixar de falar, isto é, abster-se de *nomear* suas condições de existência, não a torna mais segura, pelo contrário, manter-se em silêncio significa dar ainda mais munição para esses mesmos inimigos. Talvez para compreender a importância desse gesto de *nomear* e como esse uso político e insubmisso da linguagem se apresenta para mulheres e pessoas dissidentes enquanto uma prática de luta pela sobrevivência seja interessante lembrar uma citação de Judith Butler no prefácio à edição norte-americana de *Problemas de gênero* em que escreve: “Pode-se questionar qual é a utilidade de 'abrir possibilidades', mas é improvável que alguém que já tenha vivenciado como é existir no mundo social como aquele que é 'impossível', ilegível, irrealizável, irreal, e ilegítimo faça tal tipo de

pergunta” (BUTLER, 2006, p.viii).¹⁰ Desta forma, *nomear*, como um gesto que abre novas possibilidades de existência, é uma condição fundamental para que pessoas dissidentes possam simplesmente existir, isto é, sobreviver.

O objetivo desse artigo foi demonstrar como as escritoras Audre Lorde e Adrienne Rich elaboram em suas obras um pensamento teórico que se entrelaça com a experimentação poética, fabricando, assim, conceitos teóricos-poéticos. Além disso, procurou-se estabelecer um diálogo entre essas autoras, apresentando como ambas compartilham uma perspectiva feminista que coloca em questão o próprio poder político da linguagem como uma instância capaz de produzir novas condições de existência. Desse modo, o artigo tomou como centro de sua análise o conceito de *nomear* que é desenvolvido tanto por Lorde como por Rich enquanto um gesto feminista de enfrentamento ao silenciamento e à opressão de um cânone patriarcal.

Re-visar suas condições históricas, para assim se localizar em seu espaço-tempo e, então, poder *nomear*, colocar em palavras as experiências que antes eram apenas sentidas e conhecidas em silêncio é o percurso não-linear que tanto Audre Lorde quanto Adrienne Rich colocam em prática em suas escritas teóricas-poéticas. Um percurso que pode ser experimentado em diferentes conjunturas históricas e sociais, por outras pessoas que escrevem e pensam criticamente a literatura. Dessa forma, *nomear* enquanto um conceito e prática feminista pode ser também colocado em uso tanto para produzir novos textos literários e teóricos, quanto para analisar criticamente tais obras. É possível, por exemplo, acionar esse conceito em uma abordagem crítica que se ocupa de indagar quais novos nomes, palavras e imaginários uma obra – contemporânea ou não – é capaz de produzir. Portanto, reconhecer a existência do conceito de *nomear* é proporcionar uma chave de leitura crítica feminista para pensar a produção teórica-poética de Audre Lorde e Adrienne Rich, mas também de outras inúmeras autoras.

Referências

- ANZALDÚA, G. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. Trad.: Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A bolha, 2021.
- BUTLER, J. **Gender Trouble**. New York: Routledge, 2006.
- GAGO, V. **A potência feminista**. Trad.: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2021.
- LORDE, A. “A poesia não é um luxo” In: LORDE, A. **Irmã outsider**. Trad.: Stephanie Borges. São Paulo: Autêntica, 2019.

¹⁰ Tradução para o original: “One might wonder what use “opening up possibilities” finally is, but no one who has understood what it is to live in the social world as what is ‘impossible’, illegible, unrelizable, unreal, and illegitimate is likely to pose that question” (BUTLER, 2006, p.viii).

LORDE, A. **A unicórnica preta**. Trad.: Stephanie Borges. Belo horizonte: Relicário, 2020.

LORDE, A. “A transformação do silêncio em linguagem e ação” In: LORDE, A. **Irmã outsider**. Trad.: Stephanie Borges. São Paulo: Autêntica, 2019.

RICH, A. “Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão”. Trad.: Susana Bornéo Funck. In: BRANDÃO, Izabel (Org.) **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970 -2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

RICH, A. **Que tempos são estes**. Trad.: Marcelo Lotufo. São Paulo: Edições Jaboticaba, 2018.

RICH, A. “Sangue, pão e poesia: a localização da poeta” In: RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica e outros ensaios**. Trad.: Angélica Freitas. Rio de Janeiro: A bolha, 2019.

Submetido em: 30/11/2023

Aceito em: 20/05/2024